

Argumentos da Prostituição e Tráfico Sexual

I. TRAFICO HUMANO E PROSTITUIÇÃO SÃO INSEPARAVEIS

A. A Posição do Governo dos E.U.A.

1. “Dois anos depois da promulgação da TVPA, o Governo dos E.U.A. adotou uma forte posição contra prostituição em uma **decisão política em Dezembro 2002**, no qual se constata que a **prostituição é inerentemente prejudicial e desumanizante e alimento o trafico de pessoas**. Transformando pessoas em mercadorias desumanizadas **cria uma ambiente favorável ao trafico humano**. O Governo dos Estados Unidos se opõe a prostituição e todas as atividades relacionadas, incluindo lenocínio, proxenetismo ou manter bordéis como contribuindo para o fenômeno do trafico de pessoas. **Essas atividades não devem ser regulados como uma forma legítima de trabalho para qualquer ser humano**. Esta política representa uma significativa **mudança de paradigma**. A política dos EUA agora categoriza a prostituição como essencialmente um fenômeno prejudicial ao invés de uma escolha de trabalho neutro ou operação de mercado. Porque? **Porque a prostituição abastece o trafico de seres humanos. Porque poucas atividades são tão brutais e danosas as pessoas como prostituição. E porque redes de crime organizado não protegem pessoas prostituídas.**”¹ Embaixador Mark Lagon, Diretor do Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado dos EUA de 2008
2. Departamento de Estado dos EUA, em 2007 ", relatório Tráfico de pessoas", afirmou: "O tráfico sexual não existiria sem a demanda por comércio sexual florescendo em todo o mundo. **Atividades de prostituição e afins - incluindo lenocínio e paternalista ou manterem bordéis - incentiva o crescimento de escravidão moderna, proporcionando uma fachada atrás da qual os traficantes de exploração sexual operar. Onde a prostituição é tolerada, há uma maior demanda para as vítimas de tráfico de pessoas e quase sempre um aumento no número de mulheres e crianças traficadas para o comércio da escravidão sexual**. Poucas mulheres procuram ou escolhem estar na prostituição e a maioria estão desesperados para sair. Um estudo científico de 2003, no Jornal de Prática de Trauma descobriu que 89 por cento das mulheres na prostituição quer fugir da prostituição, mas não tinha outras opções para a sobrevivência."
3. “Prostituição e trafico sexual estão ligados. Trafico sexual acontece quando e aonde existe uma demanda para a prostituição, e um contexto de impunidade para os seus clientes. Prostituição legal sanitiza a prostituição, fazendo com que os danos do tráfico para a prostituição sejam invisíveis. De repente, o dinheiro sujo se torna limpo. Atos Ilegais se tornam legais. Durante a noite, os cafetões são transformados em empresários legítimos e empresários comuns, e os homens que anteriormente não considerariam comprar uma mulher na prostituição pensa: "Bem, se é legal, agora deve estar tudo bem." - Melissa Farley Phd, Pesquisa da Prostituição e Educação.
 - a. Algumas ONGs, organizações internacionais, e corpos governamentais tentam separar a prostituição e o trafico humano. Exemplo: UK AAPG sobre o Tráfico Humano.

¹ As sobreposições de Prostituição, Migração e Tráfico de Pessoas Embaixador Mark P. Lagon, Diretor do Escritório de Monitoramento e

II. ABORDAGENS LEGAIS A LEGISLAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO**A. Legalização - Holanda)/Austrália (Victoria)/Nevada**

1. Prostituição é legal e redefinida como “profissão do sexo”
2. Regulamentos controlam quando, onde, e como é a prestação de serviços sexuais (alguns aspectos de prostituição podem ser criminalizados)
3. O Estado recolhe receitas fiscais
4. Mulheres prostituídas = profissionais do sexo, compras de atos sexuais = clientes, aliciadores = gerentes, donos de bordéis = pessoas de negócio, traficantes = agentes de emprego ou de viagens que auxiliam profissionais do sexo migrantes

B. Descriminalização - Nova Zelândia/Nova Gales do Sul Austrália

1. Completa remoção da prostituição e atividades relacionadas do código criminal
2. Prostituição/Bordéis tratados como qualquer outro negócio ou forma de profissão.
3. Prostituição redefinida como “Profissão do sexo”
4. Grupos Pró-prostituição em favor de completa descriminalização
5. Mulheres prostituídas = profissionais do sexo, compras de atos sexuais = clientes, aliciadores = gerentes, donos de bordéis = pessoas de negócio, traficantes = agentes de emprego ou de viagens que auxiliam profissionais do sexo migrantes

C. Criminalização/proibição - EUA/Oriente Médio (com exceção de Israel)

1. Prostituição é uma atividade criminoso e em todos os aspectos é criminalizada (compra, venda, lenocínio (comprador e proxenetismo) e bordéis)
2. Proibição na lei, mas frequente tolerância na prática
3. Leis neutras em gênero, porém mulheres são presas em maioria das vezes
4. Crianças são frequentemente presas e tratadas como criminosos

D. Abolição – Suécia/Noruega/Islândia

1. Prostituição considerada uma forma de violência contra mulheres e **não** legitimada como forma de trabalho para qualquer ser humano.
2. A compra de sexo é criminalizada junto com o lenocínio, tráfico, mantimento de bordel
3. Prostituição=exploração,

4. Pessoas Prostituídas=vítimas de violência e exploração
5. Aliciadores, compradores e traficantes=perpetradores (criminosos)
6. Reconhecimento da conexão entre tráfico humano e prostituição e foco em exigir redução.

III. DEBATE DA PROSTITUIÇÃO²

A. Por onde você estiver no mundo, o debate, e geralmente a lei, é organizado por cinco distinções morais que dividem o terrível do tolerável.

1. Prostituição adulta é distinguido de prostituição infantil, prostituição em casas de prostituição nas ruas, legal de ilegal, voluntária de forçada, e prostituição de tráfico.
2. “Está dito que a prostituição infantil sempre faz mal as crianças; prostituição adulto nem sempre faz mal para os adultos. Prostituição nas ruas pode ser perigoso; em casas nem tanto. Prostituição ilegal tem problemas que a prostituição legal resolve. Prostituição forçada é mal; prostituição voluntária não é tão mal. Tráfico é muito, muito mal. Prostituição, se for voluntária, em casas, legal, e adulta, pode ser uma vida tolerável por algumas pessoas. **Medida contra fatos conhecidos do tráfico de sexo, essas supostas distinções surgem como grande parte ilusória.** Essas distinções morais, tem consequências para a lei, política, e cultura que são reais.”³

B. Modelo Trabalho Sexual vs. Modelo Exploração Sexual⁴

1. Trabalho Sexual- prostituição como a profissão mais antiga, uma universal cultural, consensual porque é pago, estigmatizados porque é ilegal, um trabalho como qualquer outro negado desse reconhecimento, uma forma de liberação sexual, uma escolha que a mulher faz.
2. Exploração Sexual- “prostituição como a **opressão** mais antiga, uma forma de **violência contra a mulher**, um produto da **falta de escolha**, o recorrer daqueles com a menor possibilidades de escolhas, ou até mesmo nenhuma quando nada mais dar certo. A coerção por trás, física e psicológica, produz um setor econômico o do abuso sexual. Nessas transições, **o dinheiro coage o sexo em vez de garantir consentimento**, fazendo a prostituição uma prática de estupro serial. Nesse análise não há e nem pode haver algo justo sobre isso. Pessoas prostituídas pagam por sexo pago. Os compradores não pagam por aquilo que eles tiram delas. É isso, e não a sua ilegalidade, que explica em grande parte o estigma da prostituição. Pessoas em prostituição, nesse ponto de vista são erroneamente selado com um estigma que propriamente pertence a seus exploradores”
3. “A abordagem do trabalho sexual favorece a descriminalização geral com várias formas de legalização. Seu objetivo é remover sanções penais de todos os intervenientes na indústria do sexo para que prostituição se torne tão legítima como qualquer outro trabalho ou negócio . A Holanda, Alemanha, Nova Zelândia , Victoria , na Austrália, bem como dez municípios em Nevada, Estados Unidos, têm adotado versões desta abordagem, ainda que alguns tem recuado da mesma (Holanda). Cerca de 50% dos países do mundo têm alguma forma de prostituição legalizada.”

² Professor Catherine Mackinnon Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review
46 Harv. C.R.-C.L. L. Rev. 271, 2011

³ Ibid

⁴ Ibid

4. A abordagem da exploração sexual visa abolir a prostituição. Normalmente, o método de abolição defendido é o "modelo sueco", ou o " modelo nórdico ", que criminaliza a compra e não a venda de sexo.

IV. ARGUMENTOS COMUNS PARA A PROSTITUIÇÃO LEGALIZADA CONTRA A SUA CRIMINALIZAÇÃO

- A. Se você torná-lo ilegal ele vai "underground " (clandestino, secreto, oculto).”
 1. O argumento de que criminalizar a compra de sexo vai dirigi-lo "underground" não tem base nem qualquer evidência. Pelo contrário, verificou-se que, na Suécia e na Noruega criminalizar a compra de sexo reduziu o número de homens que compram sexo, e em geral, menos mulheres estão se prostituindo.
 2. “Underground " é outra palavra para "indoor" (à portas fechadas), "fora de vista", ou "abaixo da lei". Porque a natureza da prostituição é tal que **deve ser visível para os clientes comprarem as mulheres e não é possível que seja tão escondido “underground” que não possa ser detectado.** Se os homens que procuram são capazes de encontrar as mulheres, assim a polícia treinada certamente também poderá encontrar.
 3. Em 2009, após a lei que criminaliza o sexo foi promulgada por toda a Noruega, o número de anúncios caiu 28 por cento. Isto significa que a prostituição “underground" ou "proibida" não poderia ter aumentado, pois os anúncios são necessárias para que clientes encontrem as mulheres.
 4. As pessoas que argumentam contra a criminalização alegando que a proibição acarretará na prostituição clandestina ou “indoors”, são as mesmas pessoas que argumentam que bordéis deveriam ser legalizados porque a prostituição “indoor” é mais seguro do que a prostituição de rua.
- B. MITO: Os defensores do "trabalho sexual" dizem que a prostituição legal/descriminalizada possibilita às mulheres uma melhor saúde, ambientes de trabalho mais seguros e ainda vai ajudar a prevenir o HIV/AIDS e doenças sexualmente transmissíveis pois assim as mulheres não vão ter medo de levar preservativos, pedir ajuda da polícia quando em perigo ou procurar a ajuda de profissionais de saúde.
 1. Quando a prostituição é entendida como a exploração sexual comercial, em vez de "profissionais do sexo", o casos decorrentes de doenças e "HIV/AIDS **são um sintoma, a causa do que é prostituição em si, é o ato de praticar sexo com milhares de homens por ano em condições você não pode verdadeiramente controlar..**”⁵
 2. A perspectiva de trabalho do sexo protege os clientes das mulheres prostituídas, para que possam continuar a usá-las sem ficar doente, em vez de proteger as mulheres dos compradores que estão dando-lhes doenças fatais e trauma psicológico.
 - a. Exemplo: Cartão de saúde dadas às mulheres para que possam apresentá-los aos compradores. Em contrapartida, compradores nunca têm cartões de verificação de saúde para apresentar às mulheres.

⁵ Professor Catherine Mackinnon Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review
46 Harv. C.R.-C.L. L. Rev. 271, 2011

3. Muitos testes demorar vários dias/semanas para obter resultados e durante esse tempo as mulheres vêm mais homens que podem estar infectados. Exames de DST de saúde não podem completamente detectar/proteger contra doenças sexualmente transmissíveis. Em todo o mundo, estudo após estudo documentam que cerca de metade de todos os clientes pedem ou insistem em não usar preservativos quando compram sexo.
 4. Este argumento não leva em consideração que não importa quantos preservativos são usados ou quantos " exames de saúde " a mulher faça, você não pode protegê-la do dano psicológico/emocional que 68% de todas as mulheres prostituídas enfrentarão. Eses danos psicológicos e emocionais podem resultar em atrocidades inimagináveis.
 5. Este argumento não leva em consideração a saúde mental/emocional/espiritual de forma alguma. A única maneira de realmente proteger a saúde de uma mulher prostituída é para **TIRANDO-A DA PROSTITUIÇÃO.**
- C. MITO: Não há fundamentalmente nenhuma problemática em prostituição por si só. Não há mal intrínseco na prostituição é apenas sexo consensual por dinheiro.
1. A primeira falha na negação do mal intrínseco aparece quando é universalmente aceito que crianças não devem ser prostituída. Por que não? Se não houver nenhum dano inerente à prostituição e se é como qualquer outro trabalho porque é proibido para as crianças?"⁶
 2. O que acontece com a natureza da prostituição durante as 24 horas em que uma criança de 17 anos de idade completa 18 anos??
 3. Mulheres prostituídas são crianças prostituídas que tiveram a sorte de viver tempo suficiente para tornar-se mulheres. "Não são dois grupos distintos de pessoas, elas são o mesmo grupo de pessoas em momentos diferentes em suas vidas."⁷
- D. MITO: Você não pode confundir tráfico humano, escravidão sexual e prostituição humana. A prostituição é diferente do tráfico humano e da escravidão sexual.
1. Segundo o TVPA e o protocolo de Palermo QUALQUER criança que é prostituída é automaticamente uma vítima de tráfico humano. Se a MAIORIA das pessoas prostituídas entram na prostituição ainda menores de idade, também é verdade que a maioria das pessoas prostituídas foram vítimas de tráfico humano quando começaram a se prostituir.
 2. Quando eles mudaram de serem vítimas do tráfico humano a se tornarem "adultos que consentem"? Em que ponto uma pessoa DEIXA de ser uma vítima de tráfico humano e se torna em um "trabalhado do sexo"?
 3. Em várias culturas, em todos os níveis de desenvolvimento econômico, seja na rua ou em casa, quando perguntado "O que você precisa?", a resposta de 89% das pessoas em prostituição é "deixar a prostituição"⁸. É a resposta mais recorrente. As mulheres em prostituição querem sair, mas sentem que não podem ou que não sabem como.

⁶ Ibid

⁷ Ibid

⁸ Farley, Melissa et al. 2003. "Prostitution and Trafficking in Nine Countries: An Update on Violence and Posttraumatic Stress Disorder." Journal of Trauma Practice, Vol. 2, No. 3/4: 33-74; and Farley, Melissa. ed. 2003. Prostitution, Trafficking, and Traumatic Stress. Haworth Press, New York.

- a. “Estar em situação de prostituição na qual você não pode sair foi definido por Kathleen Barry como escravidão sexual. 9Escravidão é internacionalmente definido como o exercício de poderes de posse sobre uma peso. Quando cafetões te vendem por sexo para clientes que te compram, e você quer sair mas não consegue, você é um escravo sexual por definição legal internacional, tendo você apanhado ou cruzado uma fronteira”¹⁰

E. MITO: As Nações Unidas apoia a descriminalização da prostituição.

1. Resolução 317 adotada pela **Assembleia Geral das Nações Unidas** intitulada "Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição de outros" directamente e expressamente se opõe à prostituição, lenocínio e a manutenção dos bordéis.

- a. Artigo 1: as partes na presente Convenção concordam em punir qualquer pessoa que, para satisfazer as paixões de outro:

(1) Adquire, seduz ou leva embora, para fins de prostituição, outra pessoa, mesmo com o consentimento dessa pessoa;

(2) Explora a prostituição de outra pessoa, mesmo com o consentimento dessa pessoa.

- b. Artigo 2: as partes na presente Convenção, também concordam em punir qualquer pessoa que:

(1) Mantém ou gerencia, ou conscientemente financia ou participa no financiamento de um bordel;

(2) Conscientemente permite ou aluga um edifício ou outro lugar ou qualquer parte dela para a finalidade da prostituição de outros.

"Exploração de prostituição," inclui a manutenção ou financiamento consciente de um bordel, 11 quer dizer, um lugar em que uma ou mais pessoas estão praticando como prostitutas, ou conscientemente deixando ou alugando "um edifício ou outro lugar... para a finalidade da prostituição de outros."

⁹ Kathleen Barry PhD is the author of “Female Sexual Slavery” and “Prostitution of Sexuality”. Barry's first book, Female Sexual Slavery (1979), prompted international awareness of human sex trafficking and has been translated into six languages. Her follow-up to Female Sexual Slavery, The Prostitution of Sexuality (1995) makes an important contribution to political philosophy and feminist theory by discussing the idea of "consent" in liberal modern American discourse and concluding that "every form of oppression is sustained" through apparent consent by the oppressed group or class to their exploitation. She further concludes that the normalization and acceptance of prostitution based on arguments of a prostituted persons consent ignores the human-rights principle that violation cannot be consented to. She states that women, as members of an oppressed class under patriarchy, are compelled to "consent" to their own sexual exploitation by society.

¹⁰ Catherine Mackinnon

2. UNAIDS o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS explicitamente declarou no mesmo livro de orientação de 2009 sobre HIV e trabalho do sexo,

"... em muitos países, políticas oficiais enfocam principalmente em reduzir ou punir o fornecedores, ignorando a demanda consistente para o sexo pago. A procura de trabalho de sexo pode ser afectadas por normas sociais e culturais e circunstâncias individuais, incluindo a mobilidade do trabalho e separação conjugal; isolamento social e solidão; acesso à renda disponível; e atitudes com base em normas de gênero prejudiciais, incluindo um desejo de dominação sexual e senso de direito, que pode manifestar-se em violência e exploração sexual e económica contra os trabalhadores do sexo. Ao abordar o HIV em contexto de trabalho do sexo, políticas e programas devem não só focar as necessidades próprios dos profissionais do sexo mas também chamar atenção aos fatores que contribuem para a procura de sexo pago."

3. A alegação de que o relatório da UNAIDS 2011 suportou descriminalização é uma deturpação de informação. Este é o relatório mais recentemente e regularmente citado por grupos pro-prostituição. O relatório de 2011, chamado "O relatório sobre o Grupo Consultivo da UNAIDS" foi criado por um "**grupo consultivo**", cujos autores foram, entre outros, a "Rede Global de Projetos de Trabalho do Sexo." O documento é prefaciado com as palavras em grande negrito afirmando que "**este documento não representa necessariamente as opiniões de todos os membros do grupo consultivo sobre HIV e trabalho do sexo, nem as posições declaradas, decisões ou políticas da Secretaria UNAIDS ou qualquer um dos co-patrocinadores da UNAIDS.**"¹³
4. Quando apresentado com as duas opções de criminalização (prostituta & cliente) e descriminalização, a Organização Mundial de Saúde (OMS) escolheu para defender descriminalização com base no raciocínio que criminaliza a prostituta faz com que ela/ele teme de se aproximar das autoridades para ajuda, ir para verificações de saúde, buscando cuidados etc. por causa do medo de ser preso e maltratado. No entanto, o modelo Sueco não criminaliza a venda de sexo e, portanto, a prostituta é protegida e é capaz de estender a mão para ajuda e serviços de saúde sem medo. Além disso, o modelo sueco vai um passo além do oferecendo as mulheres prostituídas uma forma de fuga e de reabilitação, se assim desejarem.
5. A OMS não tem falado contra o modelo Sueco e considerando o fato de que para a proteção das prostitutas, é razoável dizer que a OMS na verdade apoiaria o modelo Sueco da legislação.
6. A OMS reconheceu que as prostituídas estão em um risco muito maior para ambos HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis do que a população em geral. OMS afirma, "profissionais do sexo, seus clientes e parceiros regulares são principais populações em risco de infecção pelo HIV."¹⁴
7. A OMS reconheceu o dano físico e psicológico extremo inerente em prostituição. O site da OMS divulgou um artigo de pesquisa recente que afirma:

"Repetidamente, conversas com trabalhadores de sexo em todo o mundo revelam que a falta de segurança pessoal é uma das suas principais preocupações. Exemplos comuns de violência que os trabalhadores do sexo enfrentam são abusos verbais ou espancamentos de vizinhos ou transeuntes, detenção enérgica e assédio por policiais, roubo, estupro espontâneo e planejado, e até mesmo assassinato (tentativa). Outras formas de violência são extorsão pela polícia ou criminosos, chantageando para conseguir sexo grátis ou desprotegido, e uso forçado de drogas e álcool em bordéis ou outros locais. Finalmente, os trabalhadores do sexo também podem sofrer violência das

mãos dos colegas que competem para um bom lugar nas ruas ou os favores de um cliente, ou nas mãos de seus parceiros íntimos. Violência não só dificulta a vida de trabalho dos profissionais do sexo, mas também ameaça a sua saúde e bem-estar. Por exemplo, estupro quase sempre ocorre sem a proteção de um preservativo, levantando temores sobre como se tornar grávida ou infectado com uma DST. Também sua saúde psicológica pode ser afetado pela extremas incidentes de violência, "15

8. Em 2008 o secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon afirmou que há uma necessidade de legislação que iria proteger grupos vulneráveis tais como mulheres prostituídas. O modelo Sueco não só protege as mulheres na prostituição, mas lhes oferece serviços de fuga e reabilitação ao mesmo tempo que aborda o lado da demanda da prostituição, reconhecendo que a indústria é inerentemente nocivas e desumanas. Ban Ki-Moon disse,

"...Exorto todos os países a cumprir seus compromissos para promulgar ou fazer cumprir a legislação proibindo a discriminação contra pessoas vivendo com HIV e membros dos vulneráveis grupos...Em países sem leis para proteger os trabalhadores de sexo... apenas uma fração da população tem acesso à prevenção. Por outro lado, em países com protecção jurídica e da protecção dos direitos humanos para estas pessoas, muitos mais têm acesso aos serviços. Como resultado, há menos infecções, menos demanda para tratamento anti-retroviral e menos mortes. Não só é antiético não proteger estes grupos: não faz sentido numa perspectiva de saúde pública. Dói-nos todos." Ban Ki-moon | secretário-geral das Nações Unidas.16

F. MITO: A descriminalização de prostituição em Nova Zelândia tem tido um efeito positivo.

1. De acordo com o Relatório da Comité de Revisão da Lei de Prostituição da Nova Zelândia 17 violência em prostituição continuou depois que prostituição foi descriminalizada na Nova Zelândia, de acordo com o Comité de revisão de lei de Nova Zelândia.
 - a. "A maioria dos profissionais do sexo se sentiu que a lei pouco podia fazer sobre a violência que ocorreu." (página 14)
 - b. 35% relatou em 2007 que eles tinham sido coagidos a prostituir-se com um determinado cliente no passado 12 meses. (página 46)
 - c. A maioria dos entrevistados sentiu que a descriminalização não fez diferença à respeito a violência de clientes em prostituição – eles sentiram que era inevitavelmente uma parte da indústria de sexo. (página 57)
 - d. O relatório observa que "poucos" trabalhadores do sexo, independentemente se eles estavam se prostituindo em ambientes fechados ou ao ar livre, relatou qualquer um dos incidentes de violência ou crime contra eles para o polícia. (página 122)
 - e. Muitos proprietários de bordéis têm o mesmo regime de contrato de exploração que existia antes da prostituição ser descriminalizada. Muitas vezes não há contratos escritos ou são de qualidade questionável. (página 157)

- f. Estigma e o preconceito contra a prostituição e a vergonha associada com isso, continuou após a descriminalização da prostituição.
 - g. O Comité de revisão de prostituição de Nova Zelândia declarou: "Apesar da descriminalização, o envolvimento circundante do estigma social na indústria do sexo continua." (página 154)
 - h. Prostituição nas ruas em cidades da Nova Zelândia aumentou dramaticamente depois de prostituição ser descriminalizado em 2003, de acordo com muitas notícias e de acordo com um relatório do Comité de Revisão de Prostituição de Nova Zelândia em si.
 - i. Em 2006, um advogado de Auckland declarou a descriminalização um "desastre", que resultou em uma "explosão" das crianças na prostituição em Auckland e Christchurch, três assassinatos de pessoas na prostituição e as empresas locais reclamando da prostituição que ocorre nas suas instalações e preservativos usados sujando as ruas e entradas de prédios. 18
 - j. Mamãe Tere Strickland, uma Maori trabalhadora de evangelismo nas ruas (que veio a Berkeley para falar contra Medida Q em 2004) afirmou que, em 2005, os números daqueles que prostituam-se na rua em Auckland aumentou 400% desde a descriminalização.
 - k. O Comité de revisão de prostituição de Nova Zelândia afirma que prostituição de rua em Auckland mais que dobrou em apenas um ano, 2006-7. (página 118).
 - l. "As estimativas indicam que o número de trabalhadores de ruas na cidade de Manukau podem ter quadruplicado desde junho de 2003..." Conselho da Cidade de Manukau.
 - m. O Comité de revisão de prostituição de Nova Zelândia, comenta que queixas dos cidadãos sobre o aumento da prostituição de rua em duas grandes comunidades na Nova Zelândia: Christchurch e Manukau. (página 16).
 - n. Nestas mesmas duas comunidades, Christchurch e Manukau, deslocou-se prostituição de rua para áreas tradicionalmente residenciais, onde os moradores da Comunidade assediaram aqueles em prostituição e pessoas na prostituição de rua "ofertaram membros do público, foram agressivos, interruptos e barulhento."
 - o. Reclamações dos moradores incluíam "preservativos, excremento e outros resíduos corporais" nas ruas, lojas, parques de estacionamento e nas propriedades privadas. P (124)
 - p. **Não há proteção adequada para crianças contra a prostituição em Nova Zelândia desde a descriminalização.** De acordo com a lei da descriminalização de prostituição de Nova Zelândia, a polícia não tem o direito de entrar em bordéis e não tem o direito de pedir idade – documentos de identificação das prostituídas – assim, a investigação da juventude suspeita de prostituição é extremamente difícil, de acordo com policiais, que pediu que a lei seja revista. (página 109)
2. O Departamento de Estado dos EUA tem observado prostituição era o tráfico de mulheres e crianças desde a descriminalizado na Nova Zelândia.
- a. O Tráfico de Pessoas Relatório do Departamento de Estado dos EUA nota que Nova Zelândia tem tráfico interno de mulheres e crianças para exploração sexual comercial, e que

há casos de escravidão por dívida e confisco de documento, e as mulheres da Ásia, o República Checa, e Brasil "trabalhando ilegalmente" como prostitutas.

G. MITO: Mulheres prostituídas optam por estar lá, e essa escolha é uma expressão de sua liberdade.

1. "A prostituição é um produto da falta de escolha, o recurso daqueles com mínimas escolhas, ou nenhum em tudo."²¹
 - a. **"As crianças não são capazes de fazer escolhas que alteram a vida.** Leis americanas e internacionais reconhecem este fato. A maioria entra na prostituição como menor de idade e, portanto, a maioria quando não são capazes de tal escolha.
 - b. Em todos os lugares do mundo **a maioria das mulheres prostituídas são esmagadoramente pobres e não há nenhum desacordo sobre este fato.** Necessidade financeiro urgente é a razão mais freqüente mencionada por mulheres prostituídas por estar no negócio do sexo. Quase não há um que sai da pobreza através de prostituir-se, na verdade, elas tem sorte de sair com suas vidas, tendo em conta os números de mortalidade. Não é incomum para as mulheres na indústria se aprofundarem ainda mais na pobreza e mais profundo em dívida. **Ninguém escolhe ser pobre, quando existe outra opção.**
 - c. Na maioria dos países onde as mulheres prostituídas têm sido pesquisadas em qualquer profundidade, **abuso sexual, em infância antes da entrada para a prostituição, é uma grande precondição para entrada em prostituição.** A gente conhece raramente as mulheres na prostituição, que não eram sexualmente ou fisicamente abusadas antes. Ninguém escolhe ser abusado.
 - d. A grande maioria das pessoas na prostituição são mulheres e isto é por causa da desigualdade de sexo. Se a prostituição fosse uma escolha, acharia que mais homens seriam encontrados exercitando-lo. **Ninguém escolhe o único atributo que maioria das pessoas prostituídas compartilham-se, o único mais poderoso determinante de ser vendido para sexo: o sexo de nascimento.**
 - e. Desproporcionalmente, as mulheres na prostituição são os marginalizadas e os membros do desfavorecidos grupos raciais (ou castas mais baixas na Índia, por exemplo). **Ninguém escolhe ser nascido em um grupo racial desfavorecido ou casta inferior."**

V. LEGALIZAÇÃO E DISCRIMINALIZAÇÃO AUMENTAM A PROSTITUIÇÃO, ATIVIDADE ILEGAL, CRIME ORGANIZADO E TRÁFICO HUMANO

- A. Foi comprovado em pesquisas que a Prostituição legalizada aumenta o crime organizado e tráfico humano.
 1. Os pesquisadores Cho, Dreher e Neumayer, em 2012 publicaram um análise empírica quantitativa de um corte transversal de 150 países, mostrando que – em média – os países que legalizaram a prostituição experimentam um maior grau de afluência de tráfico humano.¹¹

¹¹ Seo-Young Cho, Axel Dreher, Eric Neumayer Does Legalized Prostitution Increase Human Trafficking? September 2011 (updated January 2012) Courant Research Centre 'Poverty, Equity and Growth in Developing and Transition Countries: Statistical Methods and Empirical Analysis' Georg-August- Universität Göttingen

- B. Em 2008, oito anos após a retirada de lei que empedia a proibição dos bordéis na Holanda, a polícia nacional holandesa fez um estudo no setor de prostituição, com o nome de Schone Schijn. Os pesquisadores estimam que 50 a 90 por cento das mulheres legalizadas foram "trabalhar involuntariamente." Com base nessas estimativas, o setor de bordel legal de Amsterdão por si só, "emprega" 4.000 vítimas do tráfico de seres humanos anualmente.
- C. " Ainda que exista a crença de que a legalização possibilitaria o controle da indústria do sexo, a indústria ilegal está agora, 'fora de controle'. A Polícia em Victoria [Austrália] estima que existem 400 bordeis ilegais, sendo o número de bordeis legais somente 100. O tráfico de mulheres e crianças de outros países aumentou significativamente. A legalização da prostituição em alguns lugares da Austrália resultou em um aumento da rede da indústria. Um dos resultados tem sido o tráfico de mulheres e crianças para 'suprir' a demanda dos bordéis legais e ilegais. Os 'empreendedores do sexo' tem dificuldade em recrutar mulheres locais para responder a demanda de uma indústria em expansão, e mulheres procedentes do tráfico são mais vulneráveis e mais rentáveis. "¹²
- D. Após a legalização da prostituição em New South Wales em 1995, o número de bordeis triplicou em 1999 e ainda aumentaram em tamanho, a vasta maioria sem licença oficial, e mesmo assim operando sem ser punidos.

VI. A PROSTITUIÇÃO E INERENTEMENTE PREJUDICIAIS – UMA FORMA DE VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

- A. Uma pesquisa de campo que teve lugar em nove países (5 dos nove foram países onde a prostituição é legalizada e regulada.) entrevistou 854 mulheres prostituídas e o estudo concluiu que 60-75% das mulheres na prostituição foram estupradas, 70-95% foram violentadas fisicamente e 68% apresentam os critérios para transtorno de estresse pós-traumático da mesma forma que veteranos de Guerra e vítimas de tortura por razões políticas que hoje estão em tratamento.¹³
- B. 89% das 854 mulheres prostituídas disseram aos pesquisadores que urgentemente gostariam de escapar da prostituição.
- C. O serviço sexual providenciado a través da prostituição é, na maior parte das vezes, violento, degradante e abusivo, incluindo sexo entre o cliente e outras muitas mulheres, cortar a vítima com lâminas, amarrar as mulheres as extremidades da cama e forçar as ligaduras até sangrar, morder os seios das mulheres, queimar com cigarros, cortar seus braços, pernas e genitália; e urinar e defecar nas mulheres.¹⁴
- D. Um artigo no *Michigan Journal of Gender and Law* afirma que "não é possível proteger a saúde de alguém cujo "trabalho" significa que eles serão violentados uma média de uma vez por semana."¹⁵

¹²Richard Poulin, PhD, Professor of Sociology at the University of Ottawa, "The Legalization of Prostitution and Its Impact on Trafficking in Women and Children" 2005

¹³ Farley, Melissa et al. 2003. "Prostitution and Trafficking in Nine Countries: An Update on Violence and Posttraumatic Stress Disorder." *Journal of Trauma Practice*, Vol. 2, No. 3/4: 33-74; and Farley, Melissa. ed. 2003. *Prostitution, Trafficking, and Traumatic Stress*. Haworth Press, New York.

¹⁴ Raymond, J., D'Cunha, J., Dzuhayatin, S. R., Hynes, H. P., Ramirez Rodriguez, Z., & Santos, A. (2002). A comparative study of women trafficked in the migration process: Patterns, profiles and health consequences of sexual exploitation in five countries (Indonesia, the Philippines, Thailand, Venezuela and the United States). N. Amherst, MA: Coalition Against Trafficking in Women (CATW). Retrieved March 15, 2003, from <http://action.web.ca/home/catw/readingroom.shtml?x=17062>

¹⁵ Hunter, S. K. (1993). Prostitution is cruelty and abuse to women and children. *Michigan Journal of Gender and Law*, 1, 1-14.

- E. Um estudo publicado pelo *American Journal of Epidemiology* descobriu que o índice de mortalidade de mulheres em prostituição é 200 vezes mais alto que o da população geral.¹⁶
- F. Uma pesquisa sobre mortalidade de 1600 mulheres em prostituição nos EUA mostrou que “nenhuma população feminina estudada previamente teve tão elevado percentual de óbito por homicídio, mesmo aproximando as observadas em nossa casuística”. Nesta pesquisa, **homicídio foi a causa de 50% das mortes de mulheres em prostituição.**¹⁷
- G. Mulheres que já se prostituíram, exibem os mesmos incidentes de traumatismo crânio-encefálico (TCE), como resultado de ser espancadas, maltratadas, recebido chutes na cabeça, estranguladas ou golpeado suas cabeças contra objetos, que foram documentadas em sobreviventes de tortura.¹⁸
- H. Em um relatório chamado de "Meninas trabalhadoras: prostitutas, sua vida, e controle social" do Instituto Australiano de Criminologia descreveu o fenômeno generalizado de "bordéis de cativo" legais e ilegais também conhecidas como "centros de disciplina" ou "casas de escravidão." o relatório observou,
 - I. *“Entrar em um “bordel de cativo” é como entrar em um mundo diferente; as luzes são baixas, fazendo lembrar de luminárias a gás, e as paredes dos corredores estão adornados com correntes, chicotes e imagens gráficas de tortura e dor. O calabouço é o ponto central deste mundo, uma grande sala pintada de preto e vermelho, com estantes, rodas de tortura, chicotes de teto, um conjunto completo de chicotes e bastões de todos os tipos imagináveis em exposição, e vestimentas de couro para restringir o movimento, como as antigas camisas de força de sala de tortura medievais. Mas o calabouço não é o único cômodo da casa para as fantasias do cliente. Há também uma sala médica, equipada com uma mesa de operação, gráficos e imagens da anatomia masculina e feminina nas paredes, e todo tipo de instrumentos cirúrgicos para cortar, esticar, fatar e puxar. Esportes aquáticos com enemas e urinais são realizados nesta sala também. Depois existem salas de aula, creches, berçários onde roupas infantis são usadas. As variações entre casa e casa são intermináveis.”*

VII. MODELO DE LEGISLAÇÃO NORDICO

“ Simultaneamente para abolir a prostituição e a exploração sexual de mulheres e crianças.”, Margareta Winberg, ex-vice-primeiro-ministro da Suécia.” -Margareta Winberg, ex-vice-primeiro-ministro da Suécia

A. SUECIA¹⁹

¹⁶ J. Potterat, D. Brewer, S. Muth, R. Rothenberg, D. Woodhouse, J. Muth, H. Stite, and S. Brody, “Mortality in a Long-term Open Cohort of Prostitute Women,” *American Journal of Epidemiology* 159:778–785, (2004). Longitudinal study of prostitution in Colorado Springs – sample size: 1,969 people in prostitution from 1967-1999.

¹⁷ Ibid

¹⁸ Jacobs, U., & Iacopino, V. (2001). “Torture and its consequences: A challenge to clinical neuropsychology.” *Professional Psychology: Research and Practice*, 32, 458-464.

¹⁹ Selected extracts of the Swedish government report SOU 2010:49: “The Ban Against The Purchase of Sexual Services. An evaluation 1999-2008 Swedish Institute & Ministry of Justice. Also see The Swedish Law That Prohibits the Purchase of Sexual Services Best Practices for Prevention of Prostitution and Trafficking in Human Beings Gunilla Eckberg Ministry of Industry, Employment, and Communications VIOLENCE AGAINST WOMEN, Vol. 10 No. 10, October 2004 1187-1218 DOI: 10.1177/1077801204268647 2004. Also see “Targeting the Sex Buyer The Swedish Example: Stopping Prostitution And Trafficking Where it All Begins. Kajsa Claude 2010 The Swedish Institute. Selected extracts of the Swedish government report SOU 2010:49: “The Ban Against The Purchase of Sexual Services. An evaluation 1999-2008. Swedish Institute 2010

1. Em 1º de janeiro de 1999, a Suécia se tornou o primeiro país do mundo a introduzir uma legislação que criminaliza a compra, mas não a venda, de serviços sexuais. A realização mais importante sobre a questão da prostituição, apresentado através do projeto de lei, é que a atenção deve ser direcionada para os compradores. Era uma questão de uma mudança de perspectiva, que pode ser resumido por afirmar o óbvio: se não houvesse demanda, não haveria prostituição.
 2. Leis de compra de sexo constitui uma abordagem legislativa progressista reconhecendo o fato de que a legalização da prostituição estimula o tráfico de seres humanos, que a prostituição é inerentemente perigosa e que uma redução global ou eliminação total do número de pessoas para a venda deve ser o objetivo da legislação da prostituição. Esta abordagem reconhece que as pessoas com mais escolha (ou seja, os compradores, os cafetões e traficantes) são os que devem ser punidos por exploração, e os que têm menos escolha ou nenhuma escolha (mulheres, homens e crianças prostituídas) devem ser oferecidos ajuda e serviços para escapar da indústria do sexo.
 3. **Desde a introdução da proibição da compra de serviços sexuais, a prostituição de rua na Suécia, foi reduzido em 50%.** Em uma comparação, a prevalência da prostituição de rua era a mesma nas três capitais da Noruega, Dinamarca e Suécia antes da introdução de proibição de compra de serviços sexuais, mas o número de mulheres na prostituição de rua na Noruega e Dinamarca, posteriormente, aumentou dramaticamente. (Nota: o aumento nos países vizinhos não foi igual à redução na Suécia, e, portanto, não pode ser o resultado disso.)
 4. Menos de 7,8% da população adulta masculina compra sexo em comparação aos 13,6% antes do decreto da lei.
 5. Em 2008, o número de pessoas na prostituição de rua na Noruega e na Dinamarca foi estimado sendo três vezes mais elevado do que na Suécia. À luz das grandes semelhanças que, em muitos aspectos, existem entre estes três países, econômica e socialmente, é justo supor que a redução da prostituição de rua na Suécia é resultado direto da criminalização.
 6. Para calcular a opinião pública sueca em relação à aquisição de sexo, as pesquisas foram realizadas antes e após a criminalização foi introduzida. A julgar pelos resultados de quatro pesquisas de opinião com base na população, houve uma mudança de atitude em relação à compra de serviços sexuais, que coincide com a criminalização da compra de tais serviços.
 7. A mudança significativa na atitude que ocorreu - sem uma mudança equivalente na Noruega e na Dinamarca - deve ser interpretado no sentido de que a própria proibição teve um efeito normativo significativo que, dado que o apoio à criminalização é maior entre os jovens, pode-se esperar que permaneça. Em todos os três levantamentos realizados desde que a proibição foi introduzida, mais de 70 por cento dos entrevistados tinham uma visão positiva da proibição.
- B. Igualdade de Género- A lei sueca está na crença de que a prostituição é uma séria barreira à igualdade de gênero e que "qualquer sociedade que afirma defender os princípios de igualdade deve rejeitar a ideia de que mulheres e meninas são mercadorias que podem ser compradas, vendidas e exploradas sexualmente pelos homens."

1. Esta abordagem centrada na vítima é um reconhecimento de que **a prostituição não é sobre a mercantilização do sexo e das pessoas, mas na verdade é uma manifestação de desigualdade de sexo**. Em todo o mundo as mulheres são a grande maioria das pessoas que estão sendo vendidas na prostituição, e os homens são os que compram. Nos casos em que os homens são vendidos, eles são na maioria das vezes feminizado "meninos afeminados", trans-gênero ou trans-sexual. Assim, em geral, **o feminino é vendido para o masculino**. Esta é uma evidência de que **a prostituição é uma manifestação de desigualdade de sexo**, e que o tráfico sexual é basicamente uma **injustiça de gênero**. Se não fosse assim, e se o fenômeno da prostituição era apenas sobre a mercantilização do sexo, então o masculino seria vendido para o feminino de forma igual como feminino é vendido para masculino, mas este não é o caso. Portanto, se a igualdade de gênero for para ser efetuada, e a opressão das mulheres superada, não pode continuar havendo um sub-grupo de mulheres e homens femininos sendo sexualmente explorados através da prostituição.

C. NORUEGA

1. **Em 1 de janeiro de 2009 a Noruega seguiu** o exemplo e adotou legislação que explicitamente criminaliza a compra de sexo.
2. Depois que a lei entrou em vigor, houve uma redução **dramática na prostituição tanto interna quanto externa**. De acordo com o relatório do Pro Centre financiado pelo governo, "Muitas pessoas, incluindo Pro Centre, previu um declínio geral na prostituição depois que se tornou ilegal comprar sexo. Nós estávamos certos. Algumas pessoas, mas não Pro Centre, previram que as mulheres fluiriam das ruas para o mercado interno. Isso não veio a ser o caso."
3. De 2008-2009 a **prostituição em geral (interna e externa) foi reduzida em 50%** e o número de mulheres nas ruas de Oslo também caiu pela metade. O número de mulheres na prostituição interna em Oslo caiu 16 por cento, e em toda a Noruega a prostituição interna foi reduzida em 19% em 200.
4. Com base na evidência de resultados positivos das leis de compra do sexo nos países nórdicos da Suécia, Noruega e Islândia, muitos outros países estão olhando para adotar medidas semelhantes para combater o tráfico humano e da indústria da prostituição. (Israel, França, Escócia, Coreia)
5. O Estado de Nova Iorque mudou para o modelo sueco em 2007, legislando penalidades mais elevadas para os compradores do que para as pessoas prostituídas, com a criação do crime de classe B por "tráfico sexual", e excluindo as vítimas de responsabilidade de cúmplice do tráfico. Mas os vendidos permaneceram criminosos. Veja id. § 230.00 (julgando "Prostituição" uma contravenção de classe B).²⁰

²⁰ See N.Y. PENAL LAW §§ 230.34, 230.36 (2010).